

Senado extingue controle de ponto dos servidores

9 ABR 1993

ESTADO DE SÃO PAULO

PAMELA NUNES

BRASÍLIA — Por conta dos desacertos de sucessivas Mesas Diretoras do Senado, há seis anos não se controla a frequência ao trabalho dos cerca de 5 mil funcionários da Casa. Para a felicidade dos servidores e indignação de alguns parlamentares, o primeiro-secretário do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), resolveu, a seu modo, colocar um ponto final no problema e aboliu o ponto, conforme ato publicado esta semana no Boletim Administrativo da Casa.

Na falta de uma norma geral, os funcionários continuam cumprindo horário de acordo com arranjos feitos com superiores imediatos. O ponto eletrônico, adquirido há quatro anos e nunca usado, transformou-se em uma parafernália esquecida em um canto qualquer do Senado.

A novela em que se transformou o controle de presença dos funcionários do Senado já dura seis anos e começou quando Mesa Diretora de 1987, presidida por Humberto Lucena (PMDB-PB) — que agora voltou à presidência da Casa —, decidiu instituir o ponto eletrônico, em substituição ao antigo livro de frequência. Em decisão tomada pelo plenário, ficou estabelecido que todos os funcionários seriam controlados dessa forma, com exceção dos lotados nos gabinetes. O argumento para o privilégio era frágil, alguns viajavam muito, outros trabalhavam fora de Brasília, mas foi mantido por unanimidade.

Ponto eletrônico — Em 1989, assumiu uma nova Mesa, presidida pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Mais uma rodada de reuniões e vo-

tações, e o Senado resolveu comprar o equipamento e definir o contrato de manutenção das máquinas. Mas ficou só nisso, e os funcionários continuaram sem controle de frequência. Dois anos depois, assumiu Mauro Benevides (PMDB-CE).

Alertado para o problema, determinou o início da operação "ponto eletrônico". Logo em seguida, porém, a Mesa desaprovou a determinação e, outra vez, ficou tudo adiado. Foi quando o primeiro-secretário Dirceu Carneiro (PSDB-SC) descobriu que não precisava de autorização da Mesa para instituir o sistema e baixou norma nesse sentido. O ponto eletrônico começou a funcionar em janeiro deste ano.

Com a determinação de Júlio Campos, voltou tudo ao ponto de partida. No ato que acabou com o ponto eletrônico, o atual primeiro-secretário argumentou que o sistema vem demonstrando deficiência quanto a sua operacionalização e seu objetivo. E estabelece uma série de normas para o controle dos funcionários mas que deixa a direção-geral da Casa completamente alheia ao problema da frequência dos funcionários.

"O que vai ocorrer a partir de agora será uma farsa", reagiu, irritado, o senador Dirceu Carneiro. "A partir de agora a frequência vai ser controlada com base nos avisos de falta", ironizou o senador. Carneiro prometeu protestar, na semana que vem contra o ato de Campos. Quer saber, por exemplo, como é que a Mesa vai resolver o problema do contrato de manutenção do ponto eletrônico. "Ou será que vão continuar pagando a empresa, mesmo sem utilizar o equipamento?"